

Por Rosana Hessel

Empresas e consumidores deixam de honrar dívidas em dia e seguradoras são obrigadas a quitar débitos. Situação ainda vai piorar muito, avaliam especialistas

Com a inflação beirando os 10%, os juros entre os maiores do mundo e o crédito escasso, cresce, sem parar, o número de empresas e de consumidores que estão com dificuldades para honrar os compromissos em dia. A conta desse calote está caindo, sobretudo, no colo das seguradoras, uma vez que os empréstimos são garantidos por seguros contra inadimplência.

Levantamento realizado pela Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) mostra que, de junho de 2014 a junho deste ano, a sinistralidade das apólices para os casos de inadimplência somou R\$ 749,9 milhões, o equivalente a 97% dos R\$ 764,3 milhões em prêmios contratados, no mesmo período, para seguros de crédito e de responsabilidades em geral. Em janeiro de 2011, primeiro mês de mandato de Dilma Rousseff, esse índice era de 56%.

“A sinistralidade é a mais elevada desde 2009 (ano da crise financeira global), quando o indicador chegou a 100%. A taxa anualizada até junho está acima da média dos últimos 10 anos”, compara Rogério Vergara, presidente da Comissão de Crédito e Garantia da FenSeg. Ele conta que esses dados englobam pessoa física e jurídica e que o número de sinistros nos seguros de crédito em geral vem crescendo desde setembro de 2014.

Rigidez

Segundo Vergara, o aumento dos juros e da inflação contribuiu para que a inadimplência crescesse. “Há um enxugamento do capital na economia e os devedores têm menos acesso aos recursos. As companhias com baixo capital de giro dependem dos clientes para pagar as contas e, como o consumo vem encolhendo, elas estão com dificuldades para honrar os compromissos”, diz. Ele explica que os pagamentos honrados pelas seguradoras ocorrem depois que se esgotam todas as formas de se tentar receber das empresas e dos consumidores que se declararam inadimplentes.

A tendência é de que essa sinistralidade continue crescendo e, por conta disso, as seguradoras devem botar um freio nas vendas de seguros de crédito. “Devemos registrar queda de 10% neste ano. As seguradoras, a exemplo dos bancos que restringem crédito quando a inadimplência aumenta, criam critérios mais rígidos de aceitação de contratos”, afirma Vergara. Ele garante, no entanto, que as seguradoras têm condições de cobrir os prejuízos dos contratantes porque, nos últimos seis anos, foram rentáveis o suficiente para se prepararem para o atual momento.

O economista Flávio Calife, da Boa Vista SCPC, destaca que a elevada taxa da sinistralidade nos seguros contra calotes é reflexo do aumento da inadimplência da pessoa jurídica, que, pelos dados da entidade, saltou de 5,8% para 8,3% de março a junho deste ano, mais que o dobro dos dados do Banco Central. Os pedidos de falência também estão crescendo de forma acelerada. No acumulado de janeiro a junho deste ano, subiram 13,6%, em relação ao mesmo período de 2014. Já o número de falências decretadas saltou 37,1% na mesma base de comparação.

Estica e puxa

Calife acredita que a inadimplência das empresas deverá avançar em ritmo mais acelerado do que a das pessoas físicas daqui para a frente. “O consumidor vem parando de consumir, mas as empresas não podem deixar de comprar insumos para produzir. Elas já reduziram a produção e, agora, começaram a demitir, porque não têm mais como cortar custos”, lamenta, citando o aumento do desemprego para mais de 8%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Como a receita está diminuindo, os custos se mantêm e não há oferta de crédito, sobraram as demissões”, destaca.

O pior, na avaliação do economista da Boa Vista, é que o quadro macroeconômico não dá sinais de melhora, principalmente porque o ajuste fiscal necessário não começou. "O governo está novamente fazendo o jogo do estica e puxa. O Banco Central puxa os juros para cima e o resultado fiscal piora. Se o Tesouro Nacional continuar gastando como está, não haverá melhora", afirma.

Para o consultor Roberto Luiz Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a necessidade crescente das seguradoras de honrar dívidas de empresas e consumidores mostra que quadro econômico é dramático. "O que mais me preocupa são a imobilidade e a paralisia do governo frente a situação", lamenta. "Além da desaceleração da economia, a dinâmica do crédito está ruim. Um em cada três CPFs e um em cada dois CNPJs estão negativados", afirma. "A retração será grande", destaca, lembrando que, pelos dados da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, atualmente, a cada empresa que abre, uma fecha as portas.

No entender de Calife, da Boa Vista, há um problema claro de desconfiança em relação ao governo tanto dos consumidores quanto dos empresários. "O governo precisa equilibrar as contas públicas, para que a inflação e os juros possam cair. Só assim, haverá um quadro mais favorável aos negócios, o que derrubará a inadimplência", assinala.

Mercado pequeno

Os valores movimentados no Brasil no mercado de proteção contra calotes ainda é muito pequeno se comparado com o mundo. "Na Europa, não existe uma única empresa que faça vendas a prazo sem seguro. Esse segmento movimenta cerca de 7 bilhões de euros mundialmente. O volume de prêmio contratado no país foi menos de 3% disso (190 milhões de euros) no acumulado em 12 meses até junho", compara Rogério Vergara, presidente da Comissão de Crédito e Garantia FenSeg.

Fonte: [Correio Braziliense](#), em 08.09.2015.